

# Retomada da indústria naval: O Estaleiro Rio Grande e a Operação Greenfield, por Torelly & Lacerda.

A construção de um único navio gera milhares de empregos, movimentando a economia no seu entorno



Por [Redação](#)

22/01/26 • 09:35 • Atualizada agora



Reprodução

Resumo da notícia

Estaleiro Rio Grande, em RS, assina contratos com Petrobras e Transpetro para construir 5 navios gaseiros e 36 embarcações. Investimento de R\$ 2,8 bi pode gerar mais de 9 mil empregos diretos e indiretos nos estaleiros do RS, SC e AM.

Operação Greenfield e Lava Jato impactaram ECOVIX e setor naval; empresa saiu de recuperação judicial em 2025.

**Esse resumo foi útil?**

**Retomada da indústria naval: o Estaleiro Rio Grande e a Operação Greenfield**



Siga o Jornal GGN no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo

[Seguir no Google](#)

**por Luiz Philippe Torelly e Guilherme Lacerda**

A história dá muitas voltas, diz o dito popular. Após quase dez anos de retrocesso, a indústria naval volta a crescer. Sua dependência da indústria do petróleo, leia-se PETROBRÁS, principalmente após o pré-sal, é quase absoluta. A estatal por meio de suas encomendas de plataformas e demais tipos de navios e embarcações para extração e transporte de combustíveis e gás, movimentando toda uma cadeia produtiva que envolve especialmente a indústria de aço e de componentes eletrônicos e equipamentos. A construção de um único navio gera milhares de empregos, movimentando a economia no seu entorno e também com impactos fortes para a indústria nacional.

Play Video

O dia 20/01/2026 foi um dia histórico para a construção naval brasileira. Especialmente em Rio Grande/RS, onde está instalado o Estaleiro Rio Grande, de propriedade da **ECOVIX**, com

participação da Fundação dos Economiários Federais – **FUNCEF**, de 25%.

Com a presença do Presidente Lula, foram assinados contratos para a construção de embarcações do *Programa Mar Aberto*, iniciativa voltada à renovação e ampliação da frota do Sistema Petrobras. Ao todo, **PETROBRAS** e **TRANSPETRO** estão contratando cinco navios gaseiros, além de dezoito barcaças e dezoito empurradores, num investimento total de R\$ 2,8 bilhões, com potencial de geração de mais de 9 mil empregos diretos e indiretos.

Todas as embarcações serão operadas pela Transpetro e construídas em estaleiros de três estados. No Rio Grande do Sul, o Estaleiro Rio Grande será responsável pela obra dos gaseiros. No Amazonas, o estaleiro *Bertolini Construção Naval da Amazônia*, construirá as 18 barcaças. Em Santa Catarina, o estaleiro *Indústria Naval Catarinense*, vai construir os 18 empurradores.

A ECOVIX, empresa controladora do estaleiro, é recém egressa de uma longa e delicada recuperação judicial, em decorrência das Operações *Lava Jato* e *Greenfield*. Mas ela deu a volta por cima e já vinha atendendo a algumas encomendas da petroleira.

O ato desta semana trás para a sociedade brasileira uma questão que, desde 2016, está no debate econômico e social do país. Quais os motivos que levaram a Justiça Federal e o Ministério Público Federal – MPF (da **Lava Jato** e da **Greenfield**) a desenvolver ações de repressão a supostos atos de gestão fraudulenta, a grande maioria comprovadamente inexistente (inclusive com sentenças absolutórias dessa mesma justiça), que destruíram milhões de empregos e investimentos que trariam desenvolvimento ao nosso país? Muitas hipóteses têm sido veiculadas por jornalistas corajosos e por especialistas, e

convergem em um ponto fundamental: havia ligações nebulosas de procuradores e juízes daqui com instituições estrangeiras como a CIA e o Departamento de Estado Americano. A avalanche de ações policiais e judiciais levou a acordos de leniência desastrosos para muitas empresas, entre elas a Petrobrás.

O caso do Estaleiro Rio Grande é mais um que precisa ser descortinado. Em 2006 a *Rio Bravo Investimentos S.A.*, que um dos sócios era o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, assinou contrato com a empreiteira **W.Torre** para atuar na estruturação do projeto. Para financiá-lo a *Rio Bravo Investimentos* constituiu um Fundo de Securitização, utilizando como lastro as glebas de terras com cerca de 297 ha., em Rio Grande/RS, concedidas em regime de concessão de uso pelo Governo do Estado. A **Petrobrás** adquiriu as cotas do fundo aportando cerca de R\$ 700 milhões. Em 2010 a **W Torre** negocia as instalações para a holding ENGEVIX, constituindo a **ECOVIX** com 75% e para a FUNCEF, com 25%, neste caso por R\$ 410 milhões, contra uma proposta inicial de R\$ 500 milhões da Empreiteira. Em 2013 a **Mitsubishi** adquire por U\$ 305 milhões, 30% da participação da **ECOVIX**. Na sequência, no bojo da Lava Jato, a **Petrobrás** cancela contratos de cascos e plataformas. Em 2016 a **ECOVIX** entra em recuperação judicial.

A primeira questão que emerge é saber por que a **Petrobrás** que havia financiado a construção do estaleiro para atender suas necessidades na indústria naval, cancela os contratos. A decisão implicava que suas encomendas passariam a ser produzidas em estaleiros da China e do Japão, com prejuízos enormes para a economia brasileira e o fim de milhares de empregos. Depois dessa *débâcle* a Mitsubishi vende suas ações a um real para a **ECOVIX** e se retira do empreendimento. A **ECOVIX** só sai da Recuperação Judicial em 2025.

Respostas a tais questões talvez estejam na correição feita pelo Ministro Luiz Felipe Salomão, em 2024, na 13ª Vara Federal de Curitiba, atualmente pendente de decisão pelo Procurador Geral Paulo Gonet. Outro lugar onde certamente respostas serão encontradas sobre as motivações e o *modus operandi* dos agentes públicos é nos escaninhos da *Operação Greenfield* conduzido pelo MPF-DF.

Passados quase dez anos daquela Operação, em que foram, de antemão, criminalizados dezenas de gestores dos Fundos de Pensão, com um verdadeiro regozijo da imprensa corporativa, até hoje, nenhuma condenação ocorreu. De 2023 em diante houve algumas decisões com absolvições sumárias.

Os investimentos apontados como portadores de irregularidades, pela proximidade de vários dos dirigentes com o governo federal, haviam sido feitos com um rigor técnico que os algozes não quiseram ver, pelos antolhos que usavam na sanha persecutória.

O caso do estaleiro Rio Grande é um exemplo. O projeto tinha todos os ingredientes para dar excelente rentabilidade para os associados da entidade previdenciária. Com os ataques, o investimento foi a pique. O mais grave é que os dirigentes do Fundo de Pensão que assumiram no segundo semestre de 2016 atuaram com desenvoltura para dificultar a busca de soluções para o negócio e viraram suas baterias para atacar o sócio majoritário. Com isso, a FUNCEF ampliou suas perdas e pode deixar, agora, de se beneficiar dos promissores resultados que o Estaleiro certamente gerará.

Essa é uma retrospectiva fática e não uma narrativa. O projeto que era um projeto de alta relevância nacional e que tinha todos os ingredientes para ser um sucesso, só conseguiu superar as amarras do imbróglio em que o jogaram dez anos depois. Este é

mais um acontecimento da história recente brasileira que não pode ser esquecido.

**Luiz Philippe Torelly e Guilherme Lacerda foram dirigentes da FUNCEF até 2011 e são membros da ANAPEX-Associação dos Ex-gestores de Fundos de Pensão.**

**O texto não representa necessariamente a opinião do Jornal GGN. Concorda ou tem ponto de vista diferente? Mande seu artigo para [dicasdepautaggn@gmail.com](mailto:dicasdepautaggn@gmail.com). O artigo será publicado se atender aos critérios do Jornal GGN.**

**“Democracia é coisa frágil. Defendê-la requer um jornalismo corajoso e contundente. Junte-se a nós: <https://www.catarse.me/JORNALGGN> “**